



15 de julho de 2021 - Nº 6 - [sindipetrocaxias.org.br](http://sindipetrocaxias.org.br)

FUP  
FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS  
CUT  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CNQ  
Confederação Nacional do Ramo Químico CQTE



# REUNIÃO

## DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No dia 06/07, aconteceu nossa reunião mensal de aposentados e pensionistas. Para este encontro, convidamos o diretor da FUP, Rafael Crespo e o conselheiro representante dos trabalhadores na Petros, Norton Almeida.

Rafael foi candidato para o conselho da Petros, na eleição que ocorreu em junho, na chapa apoiada pela FUP e o Sindipetro Caxias, Juntos Pela Petros. Infelizmente, com apoio da gestão da Petrobrás, bolsonaristas levaram a eleição nos dois conselhos. “Outro fator que permitiu a vitória das candidaturas bolsonaristas na Petros foi a baixa participação da categoria no processo eleitoral. Ao todo, 29.671 participantes e assistidos votaram nestas eleições,

ou seja, menos de um quarto do total”, alertou Crespo. A chapa Juntos Pela Petros recebeu ao todo 18.042 votos.

Infelizmente, este foi mais um processo perdido devido a falta de unidade e compromisso com a categoria por parte da FNP. “A FUP tentou a unidade, propondo a construção das chapas do Conselho Deliberativo, com o titular indicado pela FUP e o suplente pela FNP e o inverso no Conselho Fiscal, mas os cinco sindicatos e as outras entidades não quiseram, fragmentando os votos”, explica.

Ter trabalhadores e trabalhadoras dentro dos conselhos da Petros é muito importante para uma gestão justa e favorável aos reais interesses dos participantes,

de acordo com o atual conselheiro Norton. “A interlocução entre a patrocinadora e seus participantes é um trabalho que deveria ser feito por quem tem contato com a base. Estava esperançoso em ter mais um companheiro de luta no conselho e que alcançássemos este espaço que há muito tempo não temos”, lamentou.

A reunião de aposentados e pensionistas continua em formato virtual e acontece toda primeira terça-feira do mês. Para participar da próxima reunião que será dia 03/08, você deve estar cadastrado junto a secretaria de aposentados e pensionistas. Para realizar o cadastramento, basta entrar em contato via WhatsApp pelo número (21)983181809.

# BR DISTRIBUIDORA AGORA É 0% PETROBRÁS



*Sem alarde, governo Bolsonaro concluiu a privatização da empresa no fim de junho, se desfazendo do restante das ações que a Petrobrás detinha*

A privatização da BR Distribuidora começou em julho de 2019, quando a então gestão de Castello Branco entregou ao mercado o controle acionário da subsidiária abrindo mão de um setor estratégico para os negócios da petrolífera. Ao se desfazer agora dos 37,5% de participação que ainda detinha na BR, a Petrobrás perde de vez a sua integração no setor, entregando à concorrência uma fatia considerável do quarto maior mercado consumidor de derivados de petróleo do mundo.

Sua privatização, além de acentuar a desintegração do Sistema Petrobrás, coloca em xeque a própria identidade da estatal. “A população não consegue ver a Petrobrás em plataformas de

petróleo e sim nos postos de gasolina. Com a venda da BR, isso acaba, pois a empresa perde o contato direto com o consumidor”, alerta Cloviomar Cararine, economista do Dieese que assessora a FUP.

De acordo com o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep, a Petrobrás só perde com esta privatização e ainda está criando um monstro, pois a BR pode se tornar uma empresa de petróleo integrada e competir com a estatal, com a vantagem de estar atuando no segmento de distribuição e, o que é pior, utilizando a própria marca da Petrobrás.

Fonte: FUP

## Projeto que anula Resolução 23 da CGPAR é aprovado

No dia 13 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 956/2018, da deputada Erika Kokay (PT/DF), que torna sem efeito a Resolução 23 da CGPAR. Foram 365 votos a favor e 39 contra.

A mobilização dos sindicatos e trabalhadores garantiu esta importante vitória contra os ataques que os planos de saúde autogeridos por empresas estatais vêm sofrendo desde 2018, em função das medidas impostas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

O projeto segue agora para o Senado e, se aprovado, acaba com as medidas nefastas impostas pela resolução, como a redução da participação das estatais no custeio dos planos, a proibição da adesão de novos contratados, a restrição de acesso para os aposentados, a cobranças por faixa etária, prejudicando os beneficiários idosos, que são os que mais necessitam de cuidados com a saúde, entre outras determinações da CGPAR.

Desde que a Resolução 23 foi publicada, a FUP e seus sindicatos vêm se mobilizando para derrubar a medida e evitar que os trabalhadores do Sistema Petrobrás fossem impactados pelas imposições da CGPAR. Durante as negociações do Acordo Coletivo, várias ações foram tomadas neste sentido, visando postergar e minimizar o máximo possível os reflexos da resolução sobre a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS).

Por ser um decreto legislativo, o PDC 956/2018 não precisa de sanção presidencial. Mas antes, o projeto precisa ser colocado em votação no Senado. Por isso, mais do que nunca, é preciso aumentar a pressão sobre os parlamentares, focando agora na aprovação do PDC no Senado.





# PRIVATARIA

A agenda de ilegalidades do governo Bolsonaro avança, em meio aos escândalos de corrupção e de superfaturamento na compra de vacinas contra a Covid-19 e ao desemprego recorde que empurra para a miséria milhões de brasileiras e brasileiros. No rastro das privatizações de subsidiárias e de diversos ativos estratégicos do Sistema Petrobrás, a equipe econômica de Bolsonaro acelera o desmonte do Estado abrindo mão da Eletrobrás e colocando à venda os Correios.

O presidente Jair Bolsonaro confessou que sente “dor no coração” ao realizar privatizações, mas justificou a medida pelo que chamou de presença de “socialistas” em empresas estatais. “Nós temos que acabar com o que para eles, da esquerda, sempre foi ninho de rato. São os parasitas, bernes e carrapatos”, disse a apoiadores, na chegada ao Palácio da Alvorada,

no dia 01/07.

Assim como alguns dos eleitores de Bolsonaro (que devem estar arrependidos e envergonhados), justificaram seus votos com o objetivo exclusivo de tirar o Partido dos Trabalhadores do poder, Bolsonaro usa das privatizações como bandeira de campanha para 2022.

A aceleração e o atropelo do projeto privatista de Bolsonaro, vendendo ativos estratégicos na “xepa” demonstram o desespero de quem tem pressa em cumprir promessas de campanha em um mandato frágil.

Um observador desatento do futuro que se debruçasse sobre o mandato do governo Bolsonaro até 2021, poderia constatar que houve um aumento na criação de empresas públicas. Segundo dados do Boletim das Estatais do Ministério da Economia, em 2016 o País possuía 154 estatais, sendo 106 subsidiárias. E no início de 2020

eram 197 as empresas públicas, 151 subsidiárias.

Um pouco mais de atenção revelará, porém, um quadro muito diferente. Longe de defender o patrimônio público nacional, o que o governo federal tem feito é alicerçar uma estratégia para facilitar a venda das empresas públicas sem o aval do Congresso.

Uma deliberação do Supremo Tribunal Federal em 2019 proibiu a privatização de estatais sem a concordância do Legislativo, mas permitiu a venda de subsidiárias. A decisão é objeto de contestação por diversas entidades, partidos e pelo Senado.

Tudo isso prova que o Brasil segue na contramão do mundo. Nos Estados Unidos, os Correios estão sob a direção do Estado, enquanto o Reino Unido acaba de criar um banco público para financiar infraestrutura. O que é público é para todos, e deve continuar público.

# ELEIÇÃO NA APS

A FUP e demais entidades que representam os trabalhadores e aposentados do Sistema Petrobrás - FNP, Confederação Nacional dos Marítimos (Conttmaf) e a Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros (Fenaspe) - encaminharam, no dia 07, uma notificação extrajudicial conjunta ao presidente da Petrobrás, general Joaquim Silva e Luna, e aos membros da diretoria e do Conselho de Administração da estatal, justificando a recusa das entidades em participar da formação da Comissão Eleitoral para composição dos Conselhos da ilegal Associação Petrobrás de Saúde (APS), cuja constituição está sendo judicialmente questionada pelas representações dos beneficiários da AMS.

Na notificação, as entidades cobram a suspensão do processo eleitoral e dos demais procedimentos em curso que visem legitimar a

APS e requerem a realização de uma reunião urgente com o presidente e a diretoria da Petrobrás para que sejam expostas as denúncias de irregularidades e improbidade administrativa na criação da Associação. O documento ressalta, passo a passo, as ilegalidades cometidas pela gestão da empresa ao transferir para a APS a gestão da carteira bilionária da AMS, contrariando a Constituição federal, resoluções da ANS e o próprio Acordo Coletivo de Trabalho, já que trata-se de um plano autogerido e de um direito garantido coletivamente pela categoria petroleira.

De acordo com o advogado da FUP, Celson Oliveira, em live realizada no dia 08/07, as entidades também questionam a legitimidade do pretense processo eleitoral para os órgãos gestores da APS, afirmando que "a previsão estatutária de participação dos Associados Beneficiários ou Patrocinados, no âmbito do Conselho Deliberativo e

do Conselho Fiscal, dá-se de forma meramente ilustrativa, ante o controle numérico (maioria) exercido pela Petrobrás em face destes cargos eletivos e o controle absoluto exercido sobre a Diretoria Executiva, mediante indicações inamovíveis, em clara violação à soberania assemblear prevista no inciso I do Art. 59 do Código Civil".

O regulamento eleitoral divulgado impede mais da metade dos petroleiros, tanto da ativa, quanto aposentados, de se candidatarem por exigir nível superior. E, mesmo com essas restrições, limita a candidatura dos beneficiários a profissionais com formação em áreas financeira, contábil, administrativa, jurídica ou de saúde, sendo que a AMS é de interesse de todos, destaca o advogado.

Assista na íntegra ao programa Seguridade e Cidadania, da Feredeção Única dos Petroleiros pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=ekfebJbJudE>

## 38 ANOS DA GREVE PETROLEIRA QUE DESAFIOU A DITADURA MILITAR

Em 05 de julho de 1983, os petroleiros da Refinaria de Paulínia (Replan/SP) iniciaram uma das mais importantes greves da categoria, que logo em seguida teve a adesão dos trabalhadores da Refinaria Landulpho Alves (Rlam/BA). Foram sete dias de enfrentamento, em um movimento essencialmente político contra a ditadura, cujo estopim foi um decreto do general João Batista Figueiredo para cortar direitos dos trabalhadores de estatais e reduzir efetivos.

Os militares ocuparam as refinarias, fizeram intervenções nos sindicatos, cassaram seus dirigentes e demitiram 358 petroleiros. Dez dias depois, em 21 de julho de 1983, cerca de três milhões de trabalhadores das mais diversas

categorias cruzaram os braços na primeira greve geral da ditadura militar.

Uma das primeiras greves no período da Ditadura Militar a ser assumida pelos trabalhadores como essencialmente política, a mobilização dos petroleiros em julho de 1983 representou um novo marco na história recente do movimento sindical brasileiro. A categoria desafiou a Lei de Segurança Nacional, parando a produção na Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em Mataripe (BA) e na Refinaria Planalto (REPLAN), em Campinas (SP). Era o estopim para a primeira greve geral no Brasil, decretada após o golpe militar de 1964, e que parou o país no dia 21 de julho de 1983, abrindo caminho para a criação da Central

Única dos Trabalhadores (CUT).

Esquecer a história é esquecer quem somos, assim como celebrar a história é lembrar como chegamos até aqui. A greve de 83 é um dos momentos mais importantes do sindicalismo brasileiro, é um registro de coragem que nos inspira até hoje. Os companheiros e companheiras que se colocaram a frente de todos aqueles riscos, são heróis e heroínas dos nossos tempos.

Cada petroleiro e petroleira deve carregar no peito com orgulho e coragem pertencer a categoria que, em plena ditadura militar, cruzou os braços para lutar contra o arrocho salarial, a manipulação do INPC, o Decreto-lei nº 2.036 e contra o acordo com o FMI.